

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 013/07.

1
2
3
4 Aos dois dias do mês de julho de dois mil e sete, às dezoito horas e vinte quatro minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de
7 Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, nº 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da
8 Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo**
10 **Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São**
11 **Benedito**; Denise Araci Leonhardt - **Associação Cristã Feminina**; Anahi M. Melgare – **CRESS**;
12 Iara de Fátima Bueno da Rosa e Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Sérgio L. Cupini –
13 **CORAS Eixo Baltazar**; Irlde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**; Heloísa Helena L. Vinôlo –
14 **CORAS Glória**; Frei José Bernardi – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva –
15 **CORAS Leste**; Francisco T. de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Marister da Cunha John –
16 **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira Centena da Silva – **CORAS Norte**; Glademira
17 M. C. Barbosa – **CORAS Restinga**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cristina N. de Moraes
18 Torres – **Câmara Municipal**; Márcia L. Soares – **DMAE**; Cláudia Ilha de Lima e Sandra Mara
19 Nunes – **FASC**; Mara Rosane M. Prado – **SME**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Meire Ana B.
20 da Silva – **STCAS**. **FALTAS JUSTIFICADAS**: Milda S. Pinent e Viviane B. Rodrigues –
21 **UAMPA**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Paulo Francisco da Silva – **CORAS Partenon**;
22 Lúcia Helena de Souza – **FASC**; Deisi Teresinha V. Albring e Elenice de Fátima de M. Stanzinski –
23 **SMF**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**;
24 Elisabete S. dos Santos – **CORAS Cristal**; Josiane S. Cardoso e Gislaine S. Roncoli – **CORAS**
25 **Cruzeiro**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Nelcinda A. da Silva – **CORAS Partenon**;
26 Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes, Adalberto
27 Gomes F. Júnior e José Valdir R. da Silva – **Câmara Municipal**; Sueli Terezinha Luckemeyer e
28 Letícia G. de Souza – **DEM HAB**; Andréia Paim Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Vilma
29 Maria O. da Silva e Alfa Adélia S. Buono – **SMA**; Eloísa Helena C. Strehlau e Ana Fagundes –
30 **SMC**; Paulo Roberto Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Patrick de Oliveira Teixeira, Adriana
31 Furtado e Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M.
32 Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos,
33 Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Maria Del Pilar V. Solana e Carla N. dos Santos –
34 **STCAS**. **Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de
35 presenças, a Sra. Maria Lopes Rodrigues deu início aos trabalhos. **Pauta**: 1) **Votação da Ata nº**
36 **012/07**; 2) **Resoluções ad referendum da Assembléia de 18-06**; 3) **Projetos Emendas**
37 **Parlamentares**; 4) **Informes**: a) **Curso capacitação INSS**; b) **Workshop – Atendimento**
38 **Integral à Família**; c) **Terapia Comunitária**; d) **II Ciranda da Infância**. **Sra. Presidente (Maria**
39 **Lopes Rodrigues)**: Boa-noite. Eu quero iniciar agradecendo a todos que participaram da primeira
40 parte da conferência, infelizmente, não foram todos os Conselheiros que participaram. Eu acho que
41 a gente vai ter que novamente fazer uma nova capacitação com todos os Conselheiros e colocando
42 quais são os papéis dos Conselheiros, porque está difícil, a grande maioria não se somou, inclusive
43 na organização da conferência, não participou da conferência e também não tem vindo nas
44 plenárias. O Conselho não é feito só de meia-dúzia, é feito de todos os Conselheiros, inclusive os
45 governamentais, que não têm vindo, não têm participado das plenárias. Então, é a sociedade civil
46 que tem decidido e mais meia-dúzia de Conselheiros governamentais. Eu acho que isso tem que
47 ficar registrado em ata novamente. No início do ano passado nós tínhamos um processo no
48 Ministério Público, exatamente uma ação que estava ocorrendo em função de que os Conselheiros

49 governamentais não estavam participando. A gente retirou, suspendemos o processo e deu uma
50 melhoria, só que novamente não estão participando. Então, nós vamos ter que informar certamente
51 a Promotora de que o processo está voltando ao mesmo inicial do ano passado. **Sra. Iara de Fátima**
52 **Bueno da Rosa:** Exatamente em cima disso que eu gostaria de reforçar. Eu acho que para quem
53 esteve na abertura da conferência, quando da fala da Mariazinha na abertura, que ela faz uma
54 colocação de que existe concorrência entre as Secretarias, porque se fala em intersetorialidade, mas,
55 na realidade, o que existe é uma competição entre as Secretarias e aqui neste Conselho a gente
56 consegue enxergar isso. As Secretarias que mais vêm, os representantes que mais vêm, não estou
57 desmerecendo aos outros, só estou chamando a atenção que as Secretarias que mais vêm são as que
58 estão ligadas à FASC. Os demais vêm aleatoriamente, tanto vêm aleatoriamente nesta reunião como
59 também na questão da própria conferência. Nós falamos em Conselheiros na questão da
60 organização, mas também deu para sentir que não existe unidade, porque se nós formos levar em
61 consideração tinha um único Secretário Municipal na abertura da conferência, que foi o Secretário
62 do Planejamento. Levando-se em consideração que a gente está falando de assistência social e que o
63 grande mote deste Governo diz que é governar para quem mais precisa. Então, essa conversa não é
64 linear, não tem eco nem dentro do próprio Governo. Uma outra coisa, é uma sugestão que eu tenho,
65 Mariazinha, é que a gente oficie a Procuradora do Município da situação que está em relação às
66 faltas, que a cobrança da presença seja feita dessa forma. A gente oficia a Procuradora dizendo que
67 em permanecendo dessa forma nós vamos abrir de novo processo no Ministério Público, porque, na
68 realidade, nem para aquelas pautas que são específicas, de interesse do Governo, quer dizer, um
69 projeto de Governo vem para cá, precisa ser votado e nem nesse projeto tem a participação dos
70 Conselheiros governamentais. O exemplo disso foi a Operação Inverno, que se não houvesse a
71 sociedade civil aqui não teria sido votado, porque além de ter poucos governamentais, e havia
72 naquela reunião seis governamentais e dois se abstiveram de votar; quer dizer, votaram contra si
73 próprios. Então, é importante a gente tomar esse encaminhamento, a minha sugestão é que a gente
74 oficie a quem tiver que ser, mas tem que ser pela forma jurídica, porque para o Prefeito pode chegar
75 depois que terminar o mandato. **Sra. Presidente:** O nosso primeiro ponto de pauta é a ata. Todos
76 receberam a ata ou não? Conseguiram ler? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu recebi, mas
77 não li. **Sra. Presidente:** Eu queria sugerir que a gente deixasse para a próxima Plenária esta ata,
78 porque é bastante extensa. Eu li depois que cheguei aqui, mas imaginei que a maioria não tinha
79 conseguido ler. Então, vamos deixar para a próxima Plenária. As resoluções de *ad referendum*, que
80 é o nosso próximo ponto vai continuar, não temos ainda *quorum*. Nós temos os projetos de emendas
81 parlamentares que precisamos definir. Iara, já que a letra é sua, quem sabe a senhora relata para nós.
82 **3) Projetos Emendas Parlamentares. Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Na realidade, esses
83 projetos de emenda parlamentar foram emendas apresentadas, é uma prestação de contas, nós
84 aprovamos e veio o relatório de cumprimento do objeto do projeto. Uma Emenda Parlamentar nº
85 172, que o objeto era a qualificação do atendimento na rede de assistência social, executado através
86 do termo de convênio com o MDS, com recursos provenientes da emenda parlamentar conforme
87 processo no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Na realidade, tem três
88 emendas parlamentares, elas vieram para a Comissão de Políticas dizendo no que elas foram
89 utilizadas, elas já vêm carimbadas. Esta que eu estou falando é a Emenda Parlamentar nº 172, que o
90 objetivo era os equipamentos para a FASC, que serviram para mobiliar a nova sede da FASC, que
91 estava com problemas operacionais, há 7 anos em reforma, que foi finalizado em outubro de 2006.
92 Veio aqui uma relação de coisas, depois quem quiser ter vista vai poder verificar, não dá para ler
93 tudo, veio a relação de materiais, a quantidade e o número da nota fiscal. Dentro da Comissão nós
94 verificamos, fez-se a verificação de material e fizemos alguns questionamentos. Falava-se na
95 reforma do prédio da FASC e aqui dentro desta lista nós tínhamos alguns itens que não nos parecia
96 que tinha lá dentro do prédio da FASC. Então, o encaminhamento da Comissão foi o seguinte:
97 “Solicitar esclarecimentos sobre as notas fiscais 86.502, 1.331, 1.341 e 5.161, pois na justificativa

98 diz que eram equipamentos para a sede quando foram alocados os equipamentos que constam das
99 notas fiscais acima”. O que chama atenção? Em uma dessas notas fiscais falava em balcão-bufe, 8
100 cubas com aquecimento com aquecimento. Lá na sede da FASC não tem isso. Assim como,
101 ventilador de teto 3 ou 4 pás, sem reversão, 50 unidades. Também não tem ventilador de parede
102 com controle de velocidade. Refrigerador comercial com 6 portas e mesa para refeitório, 4 lugares.
103 Pela relação desse material, essas coisas aqui, quem vai lá, que caminha por dentro da sede sabe que
104 não tem lá. Então, nós queríamos a justificativa. A resposta veio, Mariazinha? **Sra. Presidente:** Não
105 veio resposta ainda. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então, esta vai continuar pendente.
106 Queria só registrar que essa Emenda Parlamentar nº 172 é uma emenda da Maria do Rosário,
107 exatamente para a reforma da FASC. Este é um serviço de assistência socioassistencial a pessoas
108 portadoras de deficiência, é do Zambiasé. Isto é principalmente material pedagógico, tem toda uma
109 relação aqui, nós não vimos problemas nessa emenda parlamentar. Esta prestação de contas por nós
110 estaria aprovada. A Emenda Parlamentar nº 176, Serviço de Proteção Socioassistencial à Juventude,
111 este é só alimento, é para o CPCA, ela veio direto, era R\$ 20.000,00. Aqui tem a relação do que foi
112 comprado. Há de convir que é humanamente impossível a gente dizer se foi comprado ou não, mas
113 aqui tem as notas fiscais e é só alimento. Esta é a 174. Este da Juventude era realmente material
114 pedagógico, a 173. São essas três emendas. Então, na minha concepção a 172 continua pendente,
115 nós não tivemos uma resposta oficial em cima desse questionamento que fizemos dessas nossas
116 fiscais. Eu fiz confusão, é tanto papel, a Emenda nº 174 é atendimento a pessoa idosa, aquisição de
117 material de consumo, este foi para o Padre Cacique, que foi material de consumo. Eu acho que
118 vocês lembram que o primeiro projeto que veio para cá a respeito disso eles pediram medicamento,
119 aí a gente pediu que fosse alterado, porque medicamento fica sendo da Saúde. Então, são R\$
120 30.000,00, tem aqui a relação. Eu acho que é do Beto Albuquerque, são R\$ 30.000,00 que veio do
121 Governo Federal e R\$ 1.200,00 de contrapartida da FASC. **Sra. Presidente:** Prestação de contas só
122 vem com o número do processo e o número da emenda. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** E o
123 relatório de cumprimento. Então, fica pendente somente a 172. **Sra. Presidente:** A 173, 174 e 175
124 são essas que a Iara falou. Então, é do Centro Infantil Renascer da Esperança, do Padre Cacique, da
125 Associação Familiares e Amigos de Down. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Serviço de
126 Assistência Socioassistencial a Pessoas Deficientes. **Sra. Presidente:** E o Instituto São Francisco,
127 CPCA. Foram as quatro Entidades. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Na realidade, essas
128 emendas foram aprovadas em maio de 2004, está aqui a relação, da Resolução nº 083/2004. **Sra.**
129 **Presidente:** Que agora que veio a prestação de contas. É humanamente impossível a gente lembrar
130 o nome do parlamentar, porque não faz nenhuma referência ao nome do parlamentar, só o número
131 dos processos. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Não é a própria Entidade que tem que prestar? **Sra.**
132 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ela vai prestar, só que como existia uma resolução do Conselho
133 aprovando a emenda, por causa da contrapartida da Prefeitura, por isso tem a vir para cá. **Sra.**
134 **Presidente:** Vocês concordam que a gente referende essas prestações de conta? Não tem como a
135 gente fiscalizar o que é alimentação, não tem como saber se essa alimentação realmente foi
136 comprada, se não foi comprada. Quer dizer, as notas estão todas aqui, está tudo ok, os projetos
137 também estão. O que a gente pode fazer é referendar ou não, aí a pergunta é se vocês concordam
138 que a gente referende os 4 projetos? Alguém é contra? Então, estão referendadas a 173, 174, 175 e
139 176. A 172 ficou pendente. Antes de passarmos os informes tem duas questões que não estão em
140 pauta, mas que vamos precisar definir hoje, que é a seguinte questão: uma é em relação à Ilha
141 Grande dos Marinheiros, que é o SASE desenvolvido ali pelo Clube de Mães Unidos da Ilha Grande
142 dos Marinheiros. Vocês lembram que a gente trouxe para cá essa questão em março, que tem
143 parecer desfavorável da CORAS à continuação desse serviço por essa Entidade. Ficou definido que
144 ela teria continuidade até o dia 30-06. Nós precisamos definir o seguinte: a situação da Entidade não
145 mudou, continua praticamente a mesma, nós não encontramos uma alternativa para onde a gente vai
146 remanejar essas crianças, mas a Entidade tem 100 metas de SASE, 100 metas que está provado que

147 ela não atende, até pela questão do espaço físico que não tem condições. O espaço físico tem
148 condições de atender em torno de 40 crianças, não mais do que isso, está dito, está visto tanto pelas
149 comissões de visita, de fiscalização, quanto pelos próprios Conselheiros da região de que não há
150 esse atendimento de 100 metas. Então, nós pensamos, repensamos e estamos trazendo a proposta
151 para ver se a Plenária concorda, que é ao invés da gente desconveniar totalmente a Entidade, que
152 nós mantivéssemos 40 metas com essa Entidade, que é o atendimento que eles têm e é a capacidade
153 física também que eles têm. E que as outras 60 metas ficassem a serem definidas pela região, pela
154 CORAS, com a entidade que tenha condições de assumir essas metas para as Ilhas. As metas não
155 poderão sair das Ilhas. Então, a gente está trazendo o assunto, porque não podemos simplesmente
156 suspender agora, porque tem algumas crianças que estão sendo atendidas, não na totalidade das
157 metas, mas tem algumas crianças, até em função de que isso se tornaria um problema muito maior
158 para nós, porque apesar da gente saber que não tem o atendimento das 100 metas tem toda a questão
159 política da região. Enfim, isso tem uma repercussão enorme toda vez que a gente desconvenia
160 alguém. Então, queria que vocês definissem se a gente diminui o número de metas ou de fato
161 suspende, ou se dá mais um tempo para definir. **Sra. Eliane Gassen:** Desde quando isso acontece?
162 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Ocorre o seguinte: eu acho que pessoa mais indicada para
163 falar a respeito da questão é o Conselheiro da região. **Frei José Bernardi:** Eu só queria colocar que
164 quanto ao parecer, quem deu parecer desfavorável foi a FASC. Então, foi a Assessoria Técnica da
165 FASC que deu. O que a CORAS fez foi declinar a decisão para o CMAS em função de que durante
166 todo o ano passado nós fizemos um acompanhamento, tinha uma Comissão permanente para tentar
167 ajudar a entidade a organizar o serviço, a colocar o pessoal que precisava para atender as crianças,
168 sem entrar no mérito de toda uma problemática de Ministério Público, denúncia. E todo o esforço
169 que foi empenhado, tanto por nós quanto pela supervisão técnica, foi praticamente desconsiderado
170 pela entidade. Então, quando voltou para a avaliação da CORAS nós dissemos: “Nós fizemos todo o
171 esforço para ajudar, a Entidade não se interessou, não se movimentou em função de organizar o
172 serviço, então, agora a gente também fica em uma situação difícil de dizer *não faz mais o*
173 *convenimento*”. A CORAS se sentia impotente diante do esforço que se tinha, tudo porque
174 considerava a importância de atender as crianças, as crianças precisavam, tinha uma demanda para
175 atender. Claro, a gente buscou outras possibilidades para esse atendimento, algumas mães da região
176 tentaram uma iniciativa de se organizar para assumir o serviço, mas depois não assumiram. Então,
177 essa é a situação, nós da CORAS estávamos esperando essa resposta, para o CMAS como uma
178 instância acima da CORAS tentasse fazer uma visita, dar um encaminhamento, e nós estávamos
179 aguardando o resultado disso. Eu acho que essa possibilidade de a gente manter o convenimento
180 com esse número de metas menor, que fica mais realista pelo espaço que tem, é uma saída boa. **Sra.**
181 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A questão é a seguinte: nós fizemos a visita, fomos nós três aqui,
182 mais a Diva e mais a Irmã Lurdes. Nós fizemos a visita à Entidade e exatamente em função disso
183 que a gente tem essa posição política mesmo, que a Mariazinha diz, porque a dirigente “fumaceia” e
184 eu acho que essa é a melhor saída que tem, porque não existem 100 metas lá dentro, não tem criança
185 para isso. Quer dizer, tem criança na Ilha, mas as crianças não estão na entidade, e da repercussão
186 maior, ou menor, essa seria a menor em restringir, diminuir a quantidade e manter o restante das
187 vagas para a região. Nós temos Entidades interessadas que não têm espaço físico, que, inclusive,
188 tinha uma oferta de chegar e ir na instituição fazer alguma reforma, ver que tipo de construção, tanto
189 de estrutura física, tanto de apoio administrativo, de organização para a entidade. Só que nós
190 chegamos à conclusão que essa não era a melhor saída, porque já foi oferecido para essa entidade, já
191 foi dado a essa entidade e ela aceitou em um determinado momento e depois: “Não, não quero mais,
192 eu que sou a dona do negócio”. Então, na minha opinião essa era a melhor saída, a gente manter 40
193 metas e deixar as 60, de repente até 31-12, com uma avaliação criteriosa, mas 40 sob pena de senão
194 melhorar essas 40 daí está “morta a cobra”, não tem o que fazer. E dá tempo para que essa outra
195 Entidade possa se estruturar na questão de espaço físico, porque a outra Entidade que tem interesse

196 quer construir um espaço, salas adequadas. Até a gente já solicitou à FASC um projeto físico que
197 diga a metragem que tem que ter a sala para atender 25, o que mais precisa na estrutura. Essa é a
198 nossa opinião à respeito, porque é difícil. **Frei José Bernardi:** Se a Entidade, comprovadamente,
199 estiver apta a assumir mais metas. **Sra. Presidente:** O que vocês acham da proposta? **Sra. Heloísa**
200 **Helena L. Vinôlo:** Eu acho que a melhor solução é essa. **Sr. Carlos B. da Silva:** Ouvindo o relato
201 da Iara e do Conselheiro da região, acredito que essa seja a solução. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
202 **Rosa:** Não é a questão de pensar só no dinheiro, mas ela está recebendo por um serviço que não está
203 prestando. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Com essa redução de recurso ela vai poder atender essas
204 crianças? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** O problema maior é espaço físico. Ela não tem
205 espaço físico para botar 100 crianças lá dentro. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu pergunto assim:
206 ela atendia com um número de volume, uma quantidade de crianças reduzida, esse volume que ela
207 vai receber a partir de agora, essas metas, ela vai dar o mesmo atendimento para as crianças? **Sra.**
208 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Aí que está também o grande esquema, Denise, antes ela recebia
209 para 100, tinha 30 e nem essas 30 era tão assim. Entendeu? E não é essa a justificativa, porque nós
210 temos uma tabela de valores referente ao número de metas, ela tem que se adequar. **Sra. Sandra**
211 **Mara Nunes:** Até porque tem a contrapartida da entidade, como qualquer convênio tem. **Sra. Iara**
212 **de Fátima Bueno da Rosa:** Na verdade, ela tem 2 educadores para 100, porque não tem 100. **Sra.**
213 **Elvira Centena da Silva:** O SASE mesmo, é uma educadora para 25. **Sra. Iara de Fátima Bueno**
214 **da Rosa:** Sim, a gente sabe. **Sra. Presidente:** Podemos encaminhar dessa forma, fica até 31-12 as
215 40 metas, com acompanhamento sistemático da supervisão, com uma avaliação profunda no final
216 do ano, enquanto isso a gente continua trabalhando com a outra entidade que vai estar se
217 estruturando para abraçar depois o serviço. Quem concorda com esse encaminhamento levanta a
218 mão, por favor. Alguém discorda? Alguém se abstém? Aprovado. **Sra. Miriam Dabdab D.**
219 **Kolinger:** Tem que indicar a supervisão, Mariazinha, porque não tem supervisão lá. **Sra. Iara de**
220 **Fátima Bueno da Rosa:** Tem. **Frei José Bernardi:** Mas não vai na região. **Sra. Presidente:** Para
221 isso está dito que é com supervisão sistemática. O problema é que só tinha uma pessoa fazendo
222 supervisão e dar conta de mais dois, três serviços, aí é impossível fazer supervisão em uma região
223 extensa como a Centro, mais o atendimento, que é do serviço. Quer dizer, tem 20 horas para
224 supervisão, não vai dar conta nunca. Essa é uma questão que a gente vem cobrando da supervisão,
225 assim como não tem o assistente social. Continua sem o assistente social lá ainda. Agora tem mais
226 um técnico para fazer supervisão, nós estamos solicitando que faça um acompanhamento
227 sistemático nessa entidade, porque ela vai estar sendo avaliada até o final do ano. Isso a gente pode
228 colocar na resolução. Agora eu vou pedir para a Maria do Carmo ler. **Sra. Maria do Carmo de**
229 **Souza:** “A Senhora Presidente do CMAS, Maria Lopes, e à Presidente da FASC, Brizabel. Desde
230 setembro de 2003, devido às dificuldades na Casa de Acolhimento a FASC buscou uma parceria no
231 atendimento daquele abrigo. Conforme aprovação do CMAS e CMDCA o CPCA ficou sendo a
232 Entidade parceira conveniada. O, então, abrigo tinha por meta atender no máximo 25 crianças e
233 adolescentes, o que por alta demanda nunca ficou garantido. Normalmente tivemos um número
234 superior a 40, chegando a dobrar o número previsto de atendimentos. Já em 2005 os referidos
235 Conselhos iniciaram longo processo de discussão sobre o reordenamento da abrigagem em Porto
236 Alegre e aprovaram um projeto que até hoje não foi totalmente executado. Na época, devido à
237 superlotação e falta de recursos humanos para fazer um atendimento de qualidade, o CPCA
238 solicitou ao CMDCA um recurso emergencial para efetivar a contratação de mais 4 educadores pelo
239 período de 6 meses, tempo entendido como suficiente para encaminhar o reordenamento da Casa de
240 Acolhimento, ampliando a equipe na intenção de garantir com mais qualidade o atendimento. O
241 prazo findou, a demanda permaneceu e o reordenamento não foi realizado, isso fez com que o
242 CPCA solicitasse à FASC a continuidade da manutenção dos 4 educadores contratados com
243 recursos emergenciais do FUNCRIANÇA. Em reunião com o Presidente da FASC, onde discutimos
244 o problema, ficou estabelecido que a mesma iria garantir a manutenção dos quatro educadores até

245 que o reordenamento fosse efetivado. Esse acordo fora aquele ainda em agosto de 2006, hoje
246 estamos em julho de 2007, os 4 educadores continuam trabalhando, pois é inviável o trabalho sem
247 os mesmos, e o aditamento do trabalho não foi efetivado. Fomos informados pela FASC que
248 conforme Resolução nº 048/07, o CMAS resolve não aprovar a contratação de mais 4 educadores
249 sociais, e bem sabemos que o Conselho tem uma visão e um entendimento político claro sobre a
250 emergência do reordenamento do sistema de abrigagem, com a qual concordamos, porém, até a sua
251 concretização precisamos garantir a mínima qualidade do trabalho realizado, caso contrário não
252 estaremos garantindo a efetiva proteção às crianças e adolescentes como preconiza o ECA. Assim
253 sendo, solicitamos à FASC e ao CMAS que reconsiderem o nosso pedido de aditamento do
254 Convênio Casa de Acolhimento, retroativo a dezembro de 2006, alterando o valor do repasse para
255 que possamos garantir a permanência dos 4 educadores, que desde dezembro de 2006, quando
256 encerrou o recurso do FUNCRIANÇA, foram mantidos com a garantia desse aditamento.
257 Gostaríamos também de informar que caso não seja possível atender o nosso pedido o CPCA fará a
258 solicitação de ruptura do convênio. Esse é um trabalho exigente, mesmo com a dedicação e
259 empenho do atual quadro de educadores, que não medem esforços para realizar bem seu trabalho.
260 Frente à falta de estrutura e superlotação da casa o número de trabalhadores ainda parece pequeno.
261 Se tivermos que rescindir contrato de 4 deles será impossível continuarmos. Sem mais no momento,
262 contamos com a mais breve análise e compreensão de todos, colocamo-nos à disposição para
263 maiores informações. Cordialmente, nossas saudações fraternas. Frei Luciano Elias Buchel”. **Sra.**
264 **Presidente:** Por que a gente trouxe este ofício de novo? Vocês lembram, acho que foi o mês
265 passado que a gente tinha discutido, nós realmente não aprovamos a contratação de mais quatro. O
266 que o Frei veio dizer? Que não era contratação de mais quatro, como tinha vindo o ofício, e sim o
267 que ele está colocando aqui é a manutenção dos que ele já tem, que tinha recurso previsto pelo
268 FUNCRIANÇA até o final do ano. Então, em função dessa questão que ele coloca, de um acordo
269 com a Presidente da FASC, ele não demitiu os educadores, só que eles não têm mais condições de
270 manter; a entidade está mantendo. Então, eles estavam aguardando que se definisse essa questão e
271 como não foi definido eles não têm mais como manter esses educadores com o recurso da Entidade.
272 Só que se eles demitirem esses educadores não têm como dar conta da demanda. Então, é isso que
273 está colocado, ele esclareceu e nós pedimos que ele encaminhasse justificando para a gente estar
274 trazendo novamente para ver o que a Plenária define. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Na
275 realidade, o entendimento que a gente tinha é que eram mais quatro e ele estava querendo oficializar
276 os quatro que já tinha lá. **Sra. Sandra Mara Nunes:** O reordenamento está em fase de avaliação do
277 projeto, ele tem já um acordo com o juizado da Infância e Juventude de que o processo de
278 reordenamento inicie pelo abrigo Ingá Brita, que tem um processo judicial rolando. Então, não é o
279 reordenamento, a Casa de Acolhimento não é prioridade do reordenamento, a prioridade é o AMIB.
280 Só para ficar claro que a justificativa que ele colocou de que o reordenamento ainda não se efetivou.
281 **Sra. Presidente:** Nós recebemos o projeto de reordenamento dos abrigos na quinta-feira de manhã.
282 Então, a recém nós vamos começar a fazer a discussão. Eu li hoje parte, eu tinha começado a ler no
283 dia em que chegou, eu tenho lido por dias duas, três páginas, hoje eu li umas quinze. Então, é tudo
284 isto e ainda falta uma parte, o cronograma financeiro, enfim, está faltando todo. Então, está
285 estabelecido, inclusive, que o abrigo, até por decisão judicial, Ingá Brita tem que ser em primeiro
286 lugar. Está estabelecido pelo Ministério Público. Então, logo a Casa vai ser, está apontado ali, que é
287 a próxima a partir do Ingá Brita. Então, isso vai demandar ainda um tempo. A Comissão de Políticas
288 vai dar prioridade para a discussão desse projeto em função da gravidade, porque nós temos uma
289 série de questões, inclusive de denúncias do Ingá, amanhã tem uma reunião em relação a isso. Nós
290 vamos ter que estar discutindo também, logo em seguida, todas essas questões do Ingá Brita. Então,
291 está ligado, por isso a gente está dando prioridade à discussão do projeto de reordenamento, mas a
292 gente tem que definir essa questão da Casa de Acolhimento. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Essa Casa
293 trabalha com monitoria conveniada, então, são os “cuidadores” das crianças e a Casa encontra-se em

294 situação de superlotação. Ela tem uma meta de 30 crianças e adolescentes, está entre 40, 45. **Sra.**
295 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A questão é a seguinte: eu acho que procede, mas a gente também
296 não pode tirar a responsabilidade da FASC no sentido de ter-se comprometido. Na realidade, é
297 quem tinha que fazer esses esclarecimentos para nós e que tinha havido um compromisso na
298 questão dos educadores, porque foi uma negociação por parte da FASC. Eu acho que procede e
299 deveria ter vindo antes, quer dizer, eles estão com os educadores desde dezembro, então, isso
300 deveria ser retroativo. Um dos questionamentos que faço, acho importante, é de onde vai tirar o
301 dinheiro? Quanto dá isso? Porque de algum lugar vai ter que tirar, e o apoio jurídico que existe de
302 pagamento retroativo de convênio que não está escrito. **Sra. Presidente:** Eu acho que nós podemos,
303 se aprovarmos, não sei se há como aprovar retroativo, tem que consultar o jurídico. **Sra. Iara de**
304 **Fátima Bueno da Rosa:** Talvez a única forma a fazer é, por exemplo, fazer o cálculo do custo
305 desses meses todos, porque tem que pagar o que ficou descoberto e depois, aí sim, conveniar esse
306 valor para frente. Teria que ser uma parcela única do total, dos seis meses para trás, e a partir daí
307 faze rum convenio do valor para frente. Parece-me que é dessa forma que tem que ser feito. Pode
308 fazer um termo de acordo com parcela única, aí não considera que é retroativo, a utilização para a
309 Entidade pode ser retroativa, ela está se ressarcindo de um pagamento que ela já fez. Então, uma
310 parcela única para a cobertura dos custos que foram gastos, daqui para frente um convênio com o
311 valor específico, inclusive, definindo a fonte, de onde está saindo esse dinheiro. **Sra. Denise Araci**
312 **Leonhardt:** Existe alguma fonte. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Existe disponibilidade.
313 Nós temos disponibilidade de recurso dentro da questão da reprogramação, inclusive, tem R\$
314 600.000,00 para as entidades conveniadas, tem R\$ 680.000,00 para projeto de construção, projeto
315 que a FASC está encaminhando. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Sim, mas tem para a Rede Conveniada
316 R\$ 600.000,00. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A minha proposta é que a gente não tire dos
317 R\$ 600.000,00, que a gente tire do outro. **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu não sei se entendi direito,
318 Iara. Esse valor passaria a ser sistemático, como se fosse um aumento de convênio, ou daqui algum
319 tempo eles vão estar com problema de novo? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É para cobrir o
320 que existe. **Sra. Presidente:** Nós vamos aprovar, aí a minha proposta é que seja até dezembro, que é
321 o prazo colocado no projeto. Em dezembro, se não tiver, aí a gente discute, tem que ser previsto
322 para o próximo ano. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Na realidade, precisa de recurso para a
323 cobertura deste ano inteiro. **Sra. Eunice Zimmermann:** E um prazo para resolver o ano de 2008.
324 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Com certeza. O que tem que se avaliar até outubro, em
325 outubro já ter uma idéia de como vai estar o andamento do reordenamento, senão, já se preocupar
326 que tem que ter uma reserva de recurso. **Sra. Presidente:** Na medida em que a gente começar a
327 discutir o projeto já vai dar para ter mais ou menos uma previsão de como fica o ano que vem. **Frei**
328 **José Bernardi:** Uma questão: além dessa origem do recurso, por que tem superlotação? **Sra.**
329 **Sandra Mara Nunes:** A superlotação se dá em função de que a demanda de abrigamento está
330 maior do que o número de vagas disponíveis. Nós temos três abrigos próprios e quatro abrigos
331 conveniados para crianças e adolescentes, todos eles estão lotados. Os conveniados estão lotados e
332 os próprios estão acima da meta, estão superlotados em função da demanda de abrigamento, que
333 tem vindo do Conselho Tutelar, que não se viabiliza outra alternativa senão o abrigamento. Então,
334 acaba se fazendo uma superlotação. O que o projeto de reordenamento prevê nessa situação é uma
335 ampliação de vagas por unidade. Então, serão abrigos de até 12 crianças e adolescentes, com uma
336 proposta que está vindo do projeto, mas é uma proposta de 21 abrigos no total. **Sra. Presidente:**
337 Qual o encaminhamento que nós vamos dar. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** A minha preocupação
338 é se atrasar. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu acho que a preocupação não pode ser nossa.
339 Existe um compromisso da FASC em relação à entidade. Nós estamos questionando, nós podemos
340 dar uma sugestão de repasse de uma parcela única dos valores atrasados e de um conveniamento
341 daqui para frente mensal, um valor mensal lá dos custos. Nós precisamos saber desse valor,
342 inclusive, e que esse dinheiro não seja tirado da reprogramação das Entidades conveniadas e sim

343 daquela parcela lá na reprogramação da FASC. Tem R\$ 600.000,00 para conveniadas e R\$
344 680.000,00 para uns projetos da FASC, que a gente pediu que encaminhasse, é daquele ali que eles
345 vão ter que tirar. **Frei José Bernardi:** O prazo do reordenamento é até o final do ano? **Sra. Iara de**
346 **Fátima Bueno da Rosa:** É. **Sra. Presidente:** O AMIB é até agosto que tem que estar resolvido,
347 isso por decisão judicial. **Frei José Bernardi:** Isso é remendo só. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
348 **Rosa:** O caso do AMIB eu acho que talvez não seja remendo, talvez vai ter que tomar uma atitude
349 mesmo. **Sra. Presidente:** A Casa é a próxima exatamente por estar superlotada. Podemos
350 encaminhar assim: aprovamos até 31-12 desde que os seis meses anteriores sejam passados em uma
351 única parcela. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Parcela única. **Sra. Presidente:** Da
352 reprogramação, no valor da reprogramação dos equipamentos institucionais, dos recursos
353 institucionais. **Frei José Bernardi:** Mas quanto é isso? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não
354 é muito, deve dar uns R\$ 5.000,00. **Sra. Presidente:** Acho que não chega a isso. Alguém discorda
355 desse encaminhamento? Alguém se abstém? Aprovado. Joaquim, tu te lembras qual era o valor que
356 o FUNCRIANÇA tinha passado mensal? **Sr. Joaquim:** Eu não me lembro. **Sra. Presidente:** Mas
357 não é muito dinheiro, Frei. **Sr. Joaquim:** Eu só sei que é muito polêmica essa Casa, não só pela
358 questão de superlotação, casos bem graves, sérios. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Hoje não são só
359 crianças em situação de rua, hoje está de 0 a 17 anos. **Sra. Presidente:** De qualquer forma tem que
360 ser resolvido, se a gente não aprova as crianças vão continuar lá. **Frei José Bernardi:** Se fosse da
361 minha vontade levaria na FASC as crianças. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Mas já estão na FASC. **4)**
362 **Informes: a) Curso capacitação INSS; b) Workshop – Atendimento Integral à Família; c)**
363 **Terapia Comunitária; d) II Ciranda da Infância.** **Sra. Presidente:** Agora vamos para os
364 Informes. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Está no site do CES o Curso de Capacitação sobre
365 Previdência Social: “O Serviço Social da Gerência Executiva do INSS, em Porto Alegre, realiza
366 gratuitamente, nos dias 3 e 4 de julho, o Curso de Capacitação sobre Previdência Social. Será
367 ministrado das 18 às 22 horas”. O outro é um convite: “É com imenso prazer que a Federação das
368 APAEs do Estado Rio Grande do Sul, e o Presidente da APAE de Porto Alegre, convidam Vossa
369 Senhoria para prestigiar o ato solene da Rede Parceria Social, com a visita do Senhor Fernando
370 Schuler, Secretário da Justiça e Desenvolvimento Social, e da empresa financiadora, Grupo Gerdau.
371 O evento acontecerá na Escola de Educação Especial Nazaré, em Porto Alegre, no dia 03-07, às 14
372 horas”. Segue em anexo convite para participar da II Ciranda da Infância, no próximo dia 06-07, na
373 Faculdade Dom Bosco, manhã e tarde. “Prezados senhores, solicitamos a gentileza de divulgar o
374 material em anexo referente à inscrição de bolsas de estudo para a educação infantil, ensino
375 fundamental e educação de jovens e adultos, EJA, ensino fundamental, realizado pelo setor de
376 bolsas e convênios da Secretaria de Educação no período de 02 a 31 de julho do corrente ano. As
377 inscrições serão realizadas conforme o cronograma abaixo: de 02 a 17 para EJA, de 18 a 31
378 educação infantil e ensino fundamental. Horário: manhã e tarde, das 9 às 11 horas e das 14 às 17
379 horas. Local: av. Padre Tomé, 200 – Centro de Porto Alegre, área militar”. Aqui tem sobre a Feira
380 de Economia Criativa, Restinga e Extremo-Sul, I Amostra de Feira do Núcleo de Economia Criativa
381 e Política Sustentável, geração de renda da Restinga e Extremo-Sul. É nos dias 07 e 08 de julho, a
382 Esplanada da Restinga. “Terapia Comunitária e Inclusão Social – Integrando Saberes e Ampliando
383 Redes Solidárias”, é IV Congresso, I Encontro Internacional de Terapia Comunitária, de 12 a 15 de
384 setembro de 2007. Inscrições para o evento no [site www.nossaequipe.com](http://www.nossaequipe.com). O valor, estudantes de
385 pós e de graduação R\$ 300,00, profissionais R\$ 400,00, associados de ala DECON R\$ 350,00,
386 agente comunitário R\$ 150,00. Pacotes de agente comunitário para quatro vagas R\$ 500,00. Outro:
387 “Atendimento Integral à Infância – Programa Nacional de Especialização Profissional”. Este convite
388 é um *workshop* “Como Captar Recursos para Projetos Sociais”, Professor Osvaldo Júnior, às 8
389 horas. Investimento de R\$ 90,00, ou três parcelas de R\$ 30,00. Tem mais inscrições e informações
390 no www.aleicho.com. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Posso fazer uma pergunta? Veio do
391 Governo a demanda do PI 2007 que foram aprovados para conveniamento? **Sra. Sandra Mara**

392 **Nunes:** Ainda não. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** É que as aprovadas estariam sendo enviadas
393 para cá até quarta-feira, dia 20, para nós fazermos extraordinária para votar. **Sra. Iara de Fátima**
394 **Bueno da Rosa:** Eu sei disso, mas não temos nada ainda. A questão é a seguinte: o GPO encaminha
395 para a FASC e a FASC encaminha para cá para fazer a resolução. Pessoal, essa era a nossa Pauta, a
396 Mariazinha me pediu para fazer o encerramento da reunião e eu queria fazer uma retificação àquilo
397 que eu falei em relação aos Conselheiros governamentais. Eu disse que a maioria é da FASC, mas
398 nós temos outros Conselheiros de outras Secretarias também, isso eu disse, que tem vindo, mas
399 também temos que fazer uma referência especial às Conselheiras da SMED. Eu acho que é tão
400 automática a parceria da Maria do Carmo e da Marinês que a gente no fundo acaba esquecendo, mas
401 com certeza a gente reconhece o trabalho e a participação delas. Nós gostaríamos de reforçar
402 também o convite, ou a convocatória para no próximo sábado o encerramento da nossa VII
403 Conferência de Assistência Social. Nós acreditamos, pelo menos por tudo que temos ouvido falar
404 nos bastidores de que a conferência realmente atingiu aquilo que a gente queria, quer dizer, curou
405 todos os esforços que nós fizemos, mas ela só termina para nós quando terminar, quando encerrar
406 realmente. Então, convido a todos a participarem e tanto reforçarem a presença dos delegados na
407 votação da Plenária Final. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A sistematização está pronta, só vai ser
408 revisada amanhã pelas gurias. Então, está muito qualificada, fiquei muito feliz, porque como eu
409 participei da anterior acho que desta vez não vou ganhar tanta pedra como ganhei da outra vez. **Sra.**
410 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Outra coisa importante, aí a gente falava antes, é importante que
411 depois que sair esse documento final nós nos organizemos em uma comissão aqui do Conselho para
412 incidir em cima do PPA na Câmara de Vereadores, que venha a contemplar aquilo que está nas
413 nossas resoluções. Nós não podemos esquecer, porque a gente acaba resolvendo, discutindo uma
414 série de coisas e depois somos barrados no baile quando dizem que não tem recurso. Então, vamos
415 lá ver de onde vamos tirar esses recursos. Então, obrigada, pessoal. *(Encerra-se a reunião às*
416 *19h42min).*